

Relatório da sessão plenária sobre a erradicação da pobreza

Sexta-feira, 21 de julho de 2000

O primeiro conferencista, Sr. Hector de la Cueva, membro da Aliança Social Continental (ASC), lembra que a ASC existe para examinar os riscos derivados da criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), e para ser o porta-voz da sociedade civil que está excluída das negociações em andamento. Salienta que é paradoxal falar-se bastante e em todos os lugares sobre o combate à pobreza, que os Chefes de Estado engajam-se na sua erradicação e multiplicam a criação de programas neste sentido, mas que a situação deteriora-se, que o desnível entre ricos e pobres dilata-se, o que aumenta ainda mais os riscos contra a segurança e a estabilidade dos Estados.

Para ilustrar seu ponto de vista, ele relata uma longa série de estatísticas das quais salienta que, apesar do crescimento econômico e dos discursos otimistas dos diferentes Chefes de Estado sobre a integração econômica, os números apresentam lacunas, falhas e inclusive importantes retrocessos e um aumento da pobreza. Isto vem acontecendo no Canadá, nos Estados Unidos e no México, apesar das repercussões financeiras e das diversas expectativas ainda não alcançadas da NAFTA. O mesmo vem ocorrendo na América Latina e no Caribe, onde a dívida externa amortece muitíssimo o desenvolvimento, onde o desenvolvimento da economia informal não é acompanhado de nenhuma medida de previdência social nem de repercussões significativas no desenvolvimento humano para o conjunto da população. Na América Latina observa-se também que tem havido um achatamento do nível de alfabetização nos últimos 30 anos e uma importante degradação do meio ambiente.

O Sr. Cueva não acredita que poderemos falar de verdadeiro combate à pobreza enquanto, de um lado, os Chefes de Estado conduzirem o desenvolvimento econômico segundo um modelo único que eles buscam aplicar todos os azimutes e que, por outro lado, outras instâncias governamentais tentem limitar, pedaço por pedaço, os estragos feitos por este modelo de economia. Pelo contrário, o combate à pobreza passa, segundo o Sr. Cueva, por uma maior democracia, por uma maior participação da sociedade nas consultas e nas decisões sobre o desenvolvimento e sobre os intercâmbios internacionais das quais as condições de vida da população toda dependem. Ele propõe questionar o modelo econômico e reorientar as políticas econômicas porque estas efetuaram uma polarização no âmago da população e aumentaram ainda mais os desníveis entre ricos e pobres.

Dentre outras prioridades, ele sugere enfrentar problema da dívida externa que reprime o desenvolvimento sustentável. Solicita também mais transparência dos dirigentes, a divulgação dos resultados das negociações em andamento relativas à criação da ALCA e faz um chamado à participação real das populações nas decisões que afetarão o destino de todos os povos das Américas.

O segundo conferencista, Sr. Eduardo A. Doryan, vice-presidente e diretor da Rede do Desenvolvimento Humano do Banco Mundial, inicia sua apresentação com uma reflexão sobre a ética do desenvolvimento na qual convida-nos, antes de mais nada, a nunca perdermos de vista os objetivos almejados ao buscarmos e escolhermos os meios para atingi-los. Ele lembra principalmente:

- que o crescimento econômico não é automaticamente sinônimo de progresso para toda a população, devido às diferentes formas de desigualdade;
- que a pobreza coloca em perigo a paz e a estabilidade das sociedades;
- que o desenvolvimento econômico não deve ser considerado separadamente do desenvolvimento humano;
- que os países desenvolvidos devem demonstrar concretamente muito mais abertura para favorecer os progressos dos países em desenvolvimento;
- que as preocupações sociais e ambientais devem fazer parte de todos os debates sobre o desenvolvimento.

Enfim, ele salienta que as regras geopolíticas do continente mudaram e que a transparência deve ser o núcleo das reformas democráticas em andamento, favorecendo concomitantemente a maior participação da população nas decisões que orientam seu destino.

Em seguida, o Sr. Doryan apresenta estatísticas que revelam a falta de progresso no combate à pobreza. Ao reconhecer que o crescimento é algo objetivamente benéfico, ele lembra que caso esta não coexista com a superação das desigualdades, existe um grande risco de não haver efeitos reais na diminuição da pobreza. Pois, ao observar os crescentes desníveis entre ricos e pobres, ele salienta que é responsabilidade dos parlamentares elaborar políticas e estratégias que permitam às populações tirarem proveito das novas oportunidades da globalização, reduzindo ao mesmo tempo os riscos de que elas sejam as vítimas de desigualdades a nível mundial, continental e dentro do próprio país; o que requer também esforços concretos dos parlamentares para bloquear toda forma de corrupção. Ele inclui na sua definição de pobreza não somente carências materiais, mas também privações essenciais como a esperança de vida, o acesso às comunicações e à leitura, e um nível de vida digno.

Finalmente, baseado na visão do desenvolvimento preconizada pelo Banco Mundial, o Sr. Doryan lembra a interdependência entre os aspectos macroeconômicos e financeiros e as questões estruturais, sociais e humanas, que devem ser tratadas juntos como se fossem as duas faces de uma mesma moeda. Dentre os elementos do “Quadro integrado de desenvolvimento do Banco Mundial” devem constar: um governo honesto, um sistema legal e jurídico eficiente, um sistema financeiro bem organizado e supervisionado, uma rede de previdência social e de programas sociais, instituições de ensino, questões relativas à saúde e à população, abastecimento de água potável e saneamento básico, energia, rodovias, transporte e telecomunicações, desenvolvimento sustentável, questões ambientais e culturais, uma estratégia para as zonas rurais, uma estratégia para as zonas urbanas, uma estratégia para o setor privado, questões nacionais específicas.

Sem uma abordagem integrada que considera este leque de componentes, o desenvolvimento eficiente torna-se impossível e assiste-se então ao desmantelamento do espírito comunitário, que ocasiona múltiplas formas de exclusão. Além disto, diante do fenômeno de globalização cuja tendência é uniformizar e nivelar todas as diferenças, é preciso evitar as soluções únicas aplicadas de maneira uniforme em todos os casos, pois há o grande risco de não serem realizáveis devido à importante diversidade do continente.

A terceira conferencista, Sra. Yakin Ertürk, diretora da Divisão das Nações Unidas de Promoção da Mulher, lembra primeiramente os objetivos globais das Nações Unidas, daqui até 2015, de combater a pobreza, ou seja:

- reduzir 50 % da pobreza extrema;
- dar educação primária a todos e eliminar os desníveis existentes na educação de ambos os sexos;
- reduzir 66% do índice de mortalidade dos recém-nascidos e da população infantil;
- reduzir 75% do índice de mortalidade de gestantes;
- garantir o acesso universal aos serviços de saúde em matéria de reprodução.

Embora estes objetivos tenham sido objeto de um consenso no plano dos princípios, a Sra. Ertürk salienta atrasos na aplicação concreta das medidas corretivas. Deste modo, segundo o Banco Mundial, o número de pessoas que vivem com US\$1,00 ao dia passou de 1,2 bilhão em 1987 a 1,5 bilhão em 1998, e está previsto que chegar-se-á a 1,9 bilhão em 2015. Apenas na região da América Latina e do Caribe, o número de pessoas que vive na pobreza aumentou de 3 milhões ao ano entre 1990 e 1995. A tradicional definição da pobreza baseada na noção de “privação material” compreende cada vez mais a da negação de oportunidades de desenvolvimento humano oriunda também das carências básicas.

A Sra. Ertürk salienta que os estudos realizados revelam que a pobreza não afeta da mesma maneira os homens e as mulheres. Dentre os principais fatores que atrasam a melhoria das condições econômicas das mulheres e que contribuem para a atribuição do caráter feminino à pobreza, ela insiste na persistente discriminação das mulheres no mercado de trabalho, nos desníveis salariais, no acesso desigual a recursos produtivos, ao capital, à educação e à formação profissional, nos fatores socioculturais que continuam definindo a mulher a partir das suas funções reprodutoras.

Geralmente, para corrigir as injustiças feitas às mulheres, os governos promoveram o emprego e atividades remuneradas às mulheres das zonas urbanas e rurais, além de oferecer serviços básicos e de previdência social. O aumento do microcrédito e de outros instrumentos financeiros também permitiram a melhoria do nível de autonomia de vários grupos de mulheres no mundo todo. Observa-se também que os investimentos na educação da mulher exerceram um efeito multiplicador no conjunto dos membros da família e um determinado efeito regulador no índice de natalidade. Entretanto, nenhum progresso é possível sem uma vontade política declarada com firmeza e a concessão dos recursos necessários para a implantação de medidas oriundas dos grandes objetivos.

A globalização faz com que o combate à pobreza não seja mais feito apenas a nível nacional, já que as decisões macroeconômicas exercem também um imenso impacto no destino das populações locais. Tornou-se então necessário redefinir as instituições e as estruturas existentes para adaptá-las a uma ordem mundial em mutação, criar novas instituições para combater a pobreza em nível mundial, criar novas alianças e novas parcerias para solidificar os esforços comuns.